MPV-449

00195

CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 09/12/2008			oposição ovisória nº 449	
De	Autor P. SANDRO	MABEL - PA	2	Nº do prontuário
(X) 1. Supressiva () 2. S	ubstitutiva	(X) 3. Modificativa	() 4. Aditiva	() 5. Substitutivo global
Página A	Artigo T	Parágrafo EXTO / JUSTIFICAÇA	Inciso	Alínea
A dispositivos que o ar nsere na Lei nº	tigo 29 da l			o e supressão de 4 de dezembro de
C com a seguinte redaçã		ações ora prop	oostas, o artigo	29 entrará em vigor
"Art. 29. A Lei n' seguintes alterações:	² 9.430, de 3	27 de dezembi	ro de 1996, pas	sa a vigorar com as
"Art. 24-A	•••••	•••••		
Parágrafo único privilegiado aquele	que apreser	efeitos deste ntar uma ou ma	is das seguintes	ra-se regime fiscal s características:
limites e valores de por tributo, regime	e que tratam e de tributa rrecadação	n os arts. 67 e ição ou de in de Receitas	68, inclusive de cidência, relativ Federais, po	00,00 (cem reais) os e forma diferenciada vos a utilização do odendo reduzir ou
"Art. 74	•••••••	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •		
	•••••			Senado Federal Subsecretaria de Apolo às Comissões Recebido em 10/12/2008, às ///////////////////////////////////
	•••••			
§ 12	••••••	•••••		
3 12	***************************************	***************************************	••••	
II		•••••		
f) tiver como fun não existir decisão	damento a judicial que	alegação de ir ampare o dir	nconstitucionalid eito do contribu	lade de lei, quando linte, declaração de

inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal em decisão com efeito erga

omnes, ou suspensão de execução da norma pelo Senado Federal.





APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 09/12/2008	<u> </u>	Proposição Medida Provisória nº 449			
	DEP	Auto SANDR	r O MABEL - P	['] R	N° do prontuário
(X) 1. Supressiva	() 2. Subs	stitutiva	(X) 3. Modificativa	() 4. Aditiva	() 5. Substitutivo global
Página	Art	tigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

- § 15. Aplica-se o disposto no § 6° nos casos em que a compensação seja considerada não declarada.
- § 16. Nos casos previstos no § 12, o pedido será analisado em caráter definitivo pela autoridade administrativa.
- § 17. O valor de que trata o inciso VII do § 3º poderá ser reduzido ou restabelecido por ato do Ministro de Estado da Fazenda." (NR)
- "Art. 80. As pessoas jurídicas que, estando obrigadas, deixarem de apresentar declarações e demonstrativos por cinco ou mais exercícios poderão ter sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ baixada, nos termos e condições definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, se, intimadas por edital, não regularizarem sua situação no prazo de sessenta dias, contados da data da publicação da intimação.
- § 1º Poderão ainda ter a inscrição no CNPJ baixada, nos termos e condições definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, as pessoas jurídicas:
 - I que não existam de fato; ou
- II declaradas inaptas e que não tenham regularizado sua situação nos cinco exercícios subsequentes.
 - 8 2º No edital de intimação, que será publicado no Diário Oficial da União, as as jurídicas serão identificadas pelos respectivos números de inscrição no acus.
- § 3º Decorridos noventa dias da publicação do edital de intimação, a Secretaria da Receita Federal do Brasil publicará no Diário Oficial da União a relação de CNPJ das pessoas jurídicas que houverem regularizado sua situação, tornando-se automaticamente baixadas, nesta data, as inscrições das pessoas jurídicas que não tenham providenciado a regularização.
- § 4º A Secretaria da Receita Federal do Brasil manterá, para consulta, em seu sítio na Internet, informação sobre a situação cadastral das pessoas jurídicas inscritas no CNPJ." (NR)
- "Art. 80-A. Poderão ter sua inscrição no CNPJ baixada, nos termos e condições definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, as pessoas jurídicas que:





EMEN	$\mathbf{D}\mathbf{A}$	\mathbf{n}^{0}
TOTAL DIT	ID A	Ш

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 09/12/2008		Proposição Medida Provisória nº 449		
DEP. SANDRO MABEL - PR				Nº do prontuário
(X) 1. Supressiva	() 2. Substitutiva	(X) 3. Modificativa	() 4. Aditiva	() 5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

- I durante cinco exercícios consecutivos entregarem declaração que caracterize a não-movimentação econômica ou financeira; ou
- II estejam extintas, canceladas ou baixadas nos respectivos órgãos de registro." (NR)
- "Art. 80-B. O ato de baixa da inscrição no CNPJ não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados os débitos de natureza tributária da pessoa jurídica." (NR)
- "Art. 80-C. Mediante solicitação da pessoa jurídica, poderá ser restabelecida a inscrição no CNPJ, observados os termos e condições definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil." (NR)
- "Art. 81. Poderá ser declarada inapta, nos termos e condições definidos pela staria da Receita Federal do Brasil, a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica não obrigada, deixar de apresentar declarações e demonstrativos em

§ 5º Poderá também ser declarada inapta a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica que não for localizada no endereço informado ao CNPJ, nos termos e condições definidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil." (NR)

JUSTIFICATIVA

As alterações introduzidas no parágrafo 3º do artigo 74 da Lei nº. 9.430/96 trazem restrições à compensação de débitos e créditos tributários, que apenas trarão dificuldades para os contribuintes, em especial aqueles que tem débitos de pequena monta e aqueles submetidos a recolhimento mensal do tributo.

Se traz entraves para os contribuintes, não traz beneficios ao Fisco, sequer no que tange a fiscalização, de maneira que se afigura como medida de interesse reduzido para ambas as partes, não obstante trazer prejuízos claros para uma delas. É inovação que nada contribui para a maior eficácia do

FI AAA TO MARINES



EMENDA nº

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	Proposição				
09/12/2008	09/12/2008 Medida Provisória nº 449				
	Autor	0.0	Nº do prontuário		
DE	. SANDRO MABEL -	r K			
(X) 1. Supressiva () 2. Su	bstitutiva (X) 3. Modificativa	() 4. Aditiva	() 5. Substitutivo global		
Página A	rtigo Parágrafo	Inciso	Alínea		
sistema fiscal, mas ap que merece ser extirp	penas prejudica a parte ada	mais fraca desta	relação, de maneira		
Noutro lado, se há crédito tributário, é ilegal impor óbice que a impeça a compensação imediata do débito. Razão pela qual propõe a supressão dos dispositivos, tal qual anotado.					
Propõe, ademais, modificação na alínea "f", inserida no inciso II do §12 do art. 74 da Lei nº. 9.430/96, para contemplar também aqueles casos em que a inconstitucionalidade do tributo tenha sido declarada em controle abstrato, em ação ajuizada pelo contribuinte; ou, ainda, em controle abstrato mas com efeitos erga omnes a partir da edição de súmula vinculante.					
PARLAMENTAR					
//	/ 2008	SANDRO M PL/GO			

